

Moral, família e política: uma etnografia das pedagogias anti-gênero no Brasil contemporâneo

Maria Andoyiki (UNIFESP/SP)¹

Palavras-chave: Pedagogia anti-gênero; conservadorismo; produção de saberes

No dia 14 de setembro de 2024, o deputado federal Nikolas Ferreira lançou, durante a Bienal do Livro de São Paulo, a obra *Criando filhos para o amanhã: um livro feito por pais e filhos para filhos e pais* (2024), escrita em coautoria com seus pais. O evento, marcado por sessão de autógrafos e forte presença de público jovem, evidencia como espaços culturais e editoriais têm sido mobilizados por atores político-religiosos para difundir concepções morais sobre família, educação e infância. A obra é apresentada como um guia formativo baseado em princípios cristãos, voltado à orientação de pais diante dos chamados “desafios contemporâneos”.

Esse tipo de iniciativa não se configura como um caso isolado, mas como parte de um movimento mais amplo de produção e circulação de saberes conservadores. Nikolas Ferreira, inicialmente vereador de Belo Horizonte e posteriormente deputado federal por Minas Gerais, já havia publicado *O cristão e a política: descubra como vencer a guerra cultural* (2022), obra em que defende a participação política de cristãos como forma de preservação de valores morais e religiosos. Já Ana Campagnolo, autointitulada antifeminista e deputada estadual por Santa Catarina, tem se dedicado à produção de conteúdos voltados ao campo educacional, especialmente em parceria com Nikolas, com livros como *Ele é ele e Ela é ela* (2025), direcionados ao público infantil e fundamentados em uma perspectiva cristã e biologizante da identidade de gênero.

A atuação desses agentes evidencia a articulação entre religião, política e produção editorial como estratégia de mobilização, sobretudo no que diz respeito às disputas em torno do conceito de gênero. Durante a minha graduação em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, desenvolvi iniciações científicas voltadas à análise da chamada “ideologia de gênero”. No âmbito da pesquisa em Antropologia, realizei o mapeamento e a catalogação de aproximadamente 80 livros que abordavam essa temática até o ano de 2022. Esse levantamento evidenciou que o crescimento dessas publicações

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

acompanha a intensificação dos debates sobre gênero na arena pública, especialmente em contextos marcados por disputas morais, religiosas e políticas.

Observou-se que, embora a produção inicial desses materiais esteja fortemente vinculada a setores da Igreja Católica — configurando um fenômeno de caráter transnacional —, no Brasil essa pauta foi progressivamente apropriada e impulsionada por atores evangélicos, sobretudo aqueles inseridos ou interessados na política institucional. Assim, ao articular eventos contemporâneos, trajetórias políticas e produção editorial, torna-se possível compreender como o discurso anti-gênero se consolida como uma gramática que atravessa diferentes esferas sociais, contribuindo para a reconfiguração das disputas públicas em torno de gênero, educação e moralidade.

O ativismo tem sido uma importante chave de leitura para compreender fenômenos ligados à direita política, ao bolsonarismo e aos movimentos anti-gênero. Como observam Mariano e Gerardi (2019), Almeida (2017) e Messenberg (2017), diferentes atores conservadores têm se organizado por meio de repertórios de mobilização que articulam cristianismo conservador, pautas morais, direita política e discursos anti-gênero. Embora esses grupos não constituam um bloco homogêneo, é possível identificar importantes intersecções e rearranjos em torno de determinadas agendas, produzindo formas de ação coletiva que disputam a arena pública com movimentos historicamente associados às pautas progressistas.

Uma das características centrais dessas mobilizações é seu forte caráter pedagógico. Por meio de livros, cursos, palestras, vídeos, redes sociais e outros dispositivos de circulação de informações, esses movimentos buscam ensinar seus públicos a identificar aquilo que definem como os "verdadeiros" perigos representados pela esquerda, pelos movimentos feministas, pelos direitos LGBTQIA+ e pelas políticas de diversidade. Nesse processo, consolida-se uma narrativa segundo a qual setores conservadores estariam sendo perseguidos ou silenciados por instituições acadêmicas, meios de comunicação e agentes políticos identificados com o chamado "politicamente correto".

Ao longo deste trabalho, utilizo a noção de pedagogia em uma chave analítica próxima àquela proposta por Zembylas (2020) ao discutir a chamada *Trump Pedagogy*. Inspirado em Ringrose (2018) e Giroux (2019), o autor argumenta que o trumpismo deve ser compreendido não apenas como um projeto político, mas como uma pedagogia

pública capaz de produzir modos específicos de sentir, interpretar e agir no mundo. Trata-se de uma dinâmica formativa que mobiliza afetos como medo, ressentimento, indignação e raiva, ao mesmo tempo em que oferece narrativas de pertencimento, esperança, redenção e restauração de uma ordem social percebida como ameaçada. Sua força não reside apenas na circulação de ideias, mas na capacidade de organizar sensibilidades coletivas e produzir identificações políticas duradouras.

Zembylas (2020) destaca que essa pedagogia opera por meio da construção de uma divisão moral entre um "nós" virtuoso, legítimo e ameaçado e um "eles" concebido como responsável pela degradação da ordem social. Simultaneamente, investe afetivamente em narrativas nostálgicas que evocam um passado idealizado de estabilidade moral, cultural ou nacional. Nessa perspectiva, discursos conservadores não atuam apenas pela transmissão de conteúdos, mas pela produção de enquadramentos afetivos que orientam a forma como determinados grupos percebem a realidade social, identificam ameaças e constroem pertencimentos coletivos.

Embora formulada a partir do contexto norte-americano, essa abordagem oferece importantes contribuições para a compreensão das mobilizações conservadoras contemporâneas no Brasil. Assim como no caso analisado por Zembylas, os discursos anti-gênero frequentemente operam por meio da construção de antagonismos morais que opõem sujeitos concebidos como defensores da família, da infância e dos valores cristãos a grupos percebidos como ameaças à ordem social. Nesse contexto, o conceito de gênero ocupa uma posição privilegiada, funcionando como um ponto de convergência capaz de articular diferentes atores, demandas e sensibilidades conservadoras em torno de um inimigo comum.

A centralidade adquirida pelo gênero nessas disputas está diretamente relacionada à relevância que essa categoria assumiu nas últimas décadas. Conforme argumentam Butler (1999), Scott (1995) e Carrara (2015), o conceito de gênero ultrapassou os limites do debate acadêmico para tornar-se uma importante categoria social e política, amplamente mobilizada na formulação de políticas públicas e na compreensão das desigualdades. Mais do que uma proposição filosófica ou uma ferramenta analítica, gênero passou a operar como uma categoria capaz de produzir efeitos concretos sobre instituições, direitos, subjetividades e formas de reconhecimento social.

É justamente essa crescente centralidade que ajuda a explicar por que o conceito se tornou alvo privilegiado das mobilizações conservadoras contemporâneas. Há, nesse cenário, um movimento crescente, fortemente articulado a setores da Igreja Católica e a redes transnacionais do ativismo conservador, que passou a disputar os sentidos analíticos e as implicações sociais da categoria gênero. Longe de apenas contestar determinadas interpretações acadêmicas, esses atores buscam produzir explicações alternativas sobre sexualidade, família e identidades sociais, frequentemente reposicionando a categoria "sexo" como fundamento biológico e moral considerado legítimo para a compreensão das diferenças humanas.

Nesse contexto, livros, cursos, palestras, vídeos e demais materiais anti-gênero adquirem centralidade analítica. Mais do que simples veículos de opinião ou instrumentos de difusão ideológica, essas produções podem ser compreendidas como pedagogias públicas e afetivas voltadas à formação de públicos, à produção de interpretações compartilhadas sobre a realidade social e à legitimação de determinados projetos morais e políticos. Tais artefatos organizam medos, ansiedades e expectativas em torno de temas como gênero, sexualidade, educação e ciência, transformando inquietações sociais difusas em narrativas moralmente inteligíveis e politicamente mobilizadoras.

Essa perspectiva permite compreender que as mobilizações anti-gênero não constituem apenas disputas em torno de conteúdos ou conhecimentos específicos, mas processos mais amplos de formação de sensibilidades políticas. Ao articular produção de verdade, autoridade epistêmica e mobilização afetiva, esses discursos participam da constituição de sujeitos, coletivos e projetos políticos que disputam os sentidos de gênero, ciência, democracia e ordem social no Brasil contemporâneo.

É nesse horizonte que se inscrevem obras como *Gender, quem és tu? – Sobre a Ideologia de Gênero*, de Olivier Bonnewijn. Sacerdote da arquidiocese de Malines-Bruxelas, na Bélgica, Bonnewijn integra uma ampla rede de intelectuais religiosos, sacerdotes e lideranças conservadoras que têm produzido materiais voltados à crítica das teorias de gênero. Em sua obra, procura explicar a origem do conceito, reconstruir sua trajetória histórica e alertar para os supostos impactos de sua difusão na sociedade contemporânea. Tal empreendimento não constitui um caso isolado, mas integra um campo mais amplo de produções anti-gênero que se propõem a revelar aquilo que seria o "verdadeiro significado" do gênero e seus alegados efeitos sociais.

Nesse sentido, muitos desses materiais realizam aquilo que poderia ser descrito como uma espécie de genealogia conservadora do gênero. Diferentemente da genealogia foucaultiana — voltada à investigação histórica das condições de emergência dos discursos e das relações de poder que os constituem —, essas narrativas frequentemente articulam eventos históricos, referências científicas seletivas, argumentos religiosos e elementos conspiratórios para construir explicações totalizantes sobre a origem e a difusão do conceito de gênero. O objetivo não é compreender historicamente a constituição de um problema, mas produzir uma narrativa capaz de conectar acontecimentos dispersos em uma trama coerente de ameaça e degradação moral. É precisamente nesse ponto que as teorias da conspiração adquirem relevância analítica, uma vez que oferecem estruturas narrativas capazes de transformar mudanças sociais complexas em projetos intencionais atribuídos a atores específicos, produzindo efeitos simultâneos de inteligibilidade, mobilização política e legitimação moral.

É nesse contexto que as teorias da conspiração adquirem relevância para a análise das mobilizações anti-gênero. Como argumenta Farinelli (2021), tais narrativas oferecem explicações simplificadas para transformações sociais complexas ao atribuí-las à ação coordenada de grupos que operariam de forma oculta. No campo das mobilizações conservadoras, um dos exemplos mais recorrentes dessa lógica é a associação entre gênero e marxismo.

Segundo diferentes atores anti-gênero, a difusão das discussões sobre gênero não seria resultado de processos históricos relacionados às transformações das ciências sociais, dos movimentos feministas ou das reivindicações por direitos sexuais e reprodutivos. Ao contrário, tais mudanças são frequentemente interpretadas como parte de um projeto político deliberado vinculado ao chamado “marxismo cultural”. Nessa narrativa, organizações internacionais, universidades, organismos multilaterais e movimentos sociais seriam espaços de infiltração ideológica responsáveis por disseminar valores contrários à família, à religião e à ordem social tradicional. O conceito de gênero passa, assim, a ser apresentado não como uma categoria analítica, mas como instrumento de uma suposta estratégia de dominação cultural.

Tal construção discursiva opera simultaneamente como explicação política e como pedagogia afetiva. Ao associar gênero, comunismo e ameaça moral, essas narrativas produzem enquadramentos capazes de transformar mudanças sociais complexas em objetos de medo, indignação e mobilização coletiva. Como discutido anteriormente, trata-

se menos de avaliar a veracidade dessas formulações do que compreender os processos pelos quais elas produzem efeitos de verdade, organizam percepções sobre a realidade e constituem sujeitos políticos dispostos a agir em defesa de determinados projetos morais.

Embora essas narrativas tenham adquirido grande visibilidade nos debates públicos contemporâneos, sua formulação não é recente. A articulação entre gênero e marxismo possui uma trajetória relativamente consolidada na literatura conservadora contemporânea. Entre as obras frequentemente apontadas como referências para a difusão desse enquadramento destacam-se *Who Stole Feminism? How Women Have Betrayed Women* (1995), de Christina Hoff Sommers; *The Gender Agenda: Redefining Equality* (1997), de Dale O’Leary; e *Evangelho perante a desordem mundial* (2000), de Michel Schooyans. Esta última obra tornou-se particularmente influente por apresentar uma das primeiras formulações sistemáticas daquilo que posteriormente seria difundido como “ideologia de gênero”, contando com um prefácio do então cardeal Joseph Ratzinger, posteriormente Papa Bento XVI.

Tomando principalmente, o livro de Sommers (1995) como grande propulsor das iniciativas anti-gênero. Podemos perceber que a discussão epistemológica trazida por Butler, acerca da construção da identidade marcado pelo “sexo”, gerou um movimento de oposição, que não reconhece gênero como um conceito amplo, capaz de legitimar a pluralidade das construções de identidade. Assim, se Butler (2018) se afasta de uma visão essencialista, que cria uma relação direta entre vagina e mulher, Sommers (1995) não só a reforça, como indica que tal quebra leva a uma traição das mulheres com o próprio movimento feminista.

Rubin (2019) denomina sistema sexo/gênero como o pensamento essencialista que cria uma conexão direta entre a genitália e construção binária de identidade (homem/mulher). A autora compreende, assim como Butler, que a relação direta que implica em corpo com vagina ter que se construir socialmente como identidade feminina se dá por pressão social. Desse modo, o sexo, ou seja, a genitália, foi designada ao longo dos anos como propulsor da binariedade que separa as identidades em homens e mulheres. Indo além, Rubin, também afirma que juntamente com a associação direta entre genitália e identidade, criou-se expectativas comportamentais e regulações sociais sobre os corpos das pessoas.

Assim, homens seriam, de acordo com os constructos sociais, essencialmente, pessoas com pênis e que se comportam, por exemplo, de modo mais agressivo, imperativo, dominador, e as mulheres seriam seu oposto, doces, frágeis e subservientes. Assim nessa relação direta entre sexo/gênero, cria-se modos de controle de corpos, e se limita a experiência afetivo-sexual ao seu suposto, “oposto-complementar”. Rubin, portanto, advoga que bem como a relação de sexo/gênero é construída, a heterossexualidade também é, e que parte da organização social das relações de poder nas sociedades são construídas a partir da heterossexualidade compulsória.

Podemos, portanto, expor que o movimento filosófico epistemológico trazidos tanto por Rubin, quanto por Butler, fazem emergir questões que colocam sobre rasura quem seria o sujeito político do feminismo, e quais são, e deveriam ser seus objetivos. Para além das questões que desessencializam o sistema sexo/gênero, outras mulheres, principalmente negras, passam a questionar os ideais de mulher criados pelo feminismo até então. Há, portanto, rupturas dentro do movimento feminista em relação a forma que se veem a categoria mulher, abrindo espaço para discussões de outras possibilidades de feminilidade e mulheridade, como mulheres negras, trans, lésbicas etc.

As discussões que passam a questionar o sujeito universal do feminismo, é também, o que ajuda a impulsionar as discussões sobre “ideologia de gênero”. Bem como apontam as antifeministas Sommers (1995) e O’Leary (1997), há uma parte do feminismo que supostamente, trai movimento, que seriam de mulheres que lutam por igualdade, em prol de uma ideologia que seria autoritária. As autoras antifeministas acreditam que o conceito gênero afastaria da luta pela igualdade, e portanto, passaram a denominar esse outro grupo de “feministas de gênero”, ou “feministas radicais”.

O papa João Paulo II, em 1995, escreve Carta do papa João Paulo II às mulheres, em que condena a dominação e opressão dos homens sobre as mulheres, ao passo que se utiliza de essencialismos e estereótipos comportamentais para explicar o porquê homens e mulheres são iguais. O papa se utiliza da sua visão teológica, para apresentar homens e mulheres como seres complementares. Desse modo, ele não só reconhece a opressão às mulheres como incentiva a luta pela igualdade, porém, sempre dentro de uma perspectiva cristã de que mulheres são o complemento dos homens, e precisam estar em situação de igualdade para caminharem juntos.

É importante frisar que a maior parte dos escritos que se apresentam como antifeministas são frutos da crítica ao conceito de gênero apresentado por Butler em 1990, em seu livro *Gender Trouble* (Problemas de gênero), e que foi utilizado amplamente na IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em 1995, em Pequim. A conferência em questão se utilizou do conceito de gênero como modo transversal de análise das relações sociais, assim, se propõem a compreender como se constrói violências de gênero, a saber, violência que perpassam as construções de gênero, mas que não são necessariamente voltadas a mulheres cisgênero. Para além disso, o conceito de gênero permitiu e ampliou debates sobre a intersecção do feminismo com movimentos LGBTQUIA+, principalmente debatendo sobre mulheres trans e lésbicas.

Nesse percurso, portanto, podemos perceber que o impacto das discussões sobre gênero criou cisões no movimento feminista, principalmente entre algumas mulheres católicas, que apoiavam a luta pela igualdade de oportunidades para homens e mulheres, mas não concordavam com as perspectivas de discussão trazidas pelo conceito de gênero, já que para essa parte do movimento, as feministas de gênero estariam criando conflitos com homens, ao invés de superar as diferenças (SOMMERS, 1995). Outro ponto importante é a ideia de diversidade sexual e de gênero, que para parte das feministas cristãs anti-gênero, representa um risco a educação cristã e moral das crianças. Elas acreditam que falar sobre diversidade de gênero e sexualidade seria fazer propaganda de sexualidades dissidentes, além de normalizar, o que para elas não é natural.

Em entrevista concedida em 2017, Christina Hoff Sommers argumenta que, apesar de variações individuais, crianças tenderiam espontaneamente a preferências de brincadeiras associadas ao sexo biológico, apontando para estudos que indicariam diferenças comportamentais recorrentes entre meninos e meninas em diversas culturas. Para a autora, tais padrões não seriam apenas resultado de influências sociais, mas refletiriam disposições naturais, o que levaria a uma crítica às abordagens que compreendem o gênero como fluido ou inteiramente moldável. Ainda que reconheça a importância de expor crianças a diferentes experiências, Sommers ressalta que é preciso evitar constrangê-las por suas preferências, sugerindo que essas inclinações possuem uma base anterior à socialização.

As afirmações de Sommers sobre uma essência masculina e feminina ajuda a compreender como a “ideologia de gênero” foi percebida como ameaça ao desenvolvimento infantil em lares cristãos. Embora a questão religiosa não esteja tão

clara, percebe-se que partindo do essencialismo das identidades, rejeita-se as perspectivas de que comportamentos tidos como masculinos e femininos são frutos de construções sócio-históricas, para se afirmar que seriam inerentes e relacionados com a genitália, ou seja, meninos seriam naturalmente mais atraídos por brincadeiras violentas, e meninas por posições de cuidado.

A partir da crítica ao chamado “feminismo de gênero”, movimentos conservadores cristãos passaram a estruturar uma rede transnacional de ativismo anti-gênero. Inicialmente apoiado por figuras centrais da Igreja Católica, como João Paulo II e Joseph Ratzinger, esse movimento passou a associar pautas feministas e LGBTQUIA+ ao conceito de gênero, construindo uma agenda política de oposição a direitos sexuais e reprodutivos. Temas como casamento igualitário, aborto e educação sexual foram progressivamente incorporados a esse campo discursivo, frequentemente sintetizados na noção de uma suposta “agenda de gênero”. No Brasil, esse repertório ganha contornos específicos ao se articular com o discurso anticomunista difundido pela Santa Sé e com o antipetismo, encontrando ressonância em um cenário político já polarizado. Nesse contexto, embora o movimento tenha raízes católicas, observa-se um protagonismo crescente de atores evangélicos — especialmente políticos e figuras públicas — que passam a liderar a produção e circulação desses discursos, mobilizando categorias como proteção da infância, defesa da família e preservação de valores cristãos.

Essa dinâmica não pode ser compreendida apenas como um embate entre posições ideológicas distintas, mas como parte de uma disputa mais ampla pela legitimidade do conhecimento e pela autoridade de definir o que conta como verdade. A pergunta sobre o que é ciência, nesse sentido, deixa de ser estritamente epistemológica e passa a revelar um campo atravessado por relações de poder, disputas simbólicas e batalhas políticas. Como sugerem Michel Foucault (2021), Donna Haraway (1995), Bruno Latour (2019) e Isabelle Stengers (2023), a produção de conhecimento está sempre inserida em uma “política da verdade”, na qual diferentes atores disputam não apenas interpretações, mas o próprio direito de produzir enunciados legítimos sobre o mundo. No caso dos movimentos anti-gênero, observa-se a construção de uma contra-epistemologia que busca deslegitimar saberes acadêmicos — especialmente aqueles oriundos dos estudos de gênero — ao mesmo tempo em que reivindica para si um estatuto de verdade baseado em princípios religiosos, morais ou biologizantes.

É nesse ponto que a noção de “saberes localizados”, proposta por Donna Haraway, torna-se particularmente fecunda para a análise. Ao criticar a ideia de uma objetividade neutra e universal, Haraway evidencia que todo conhecimento é produzido a partir de posições situadas, marcadas por condições históricas, materiais e políticas específicas. Assim, tanto os discursos científicos quanto os discursos religiosos ou conservadores não podem ser compreendidos como neutros ou desinteressados, mas como produções situadas que disputam legitimidade em arenas públicas. No contexto brasileiro recente, marcado pela ascensão de movimentos conservadores anti-gênero e pelo fortalecimento de discursos anti-intelectuais, essa disputa evidencia não apenas um conflito de ideias, mas uma reconfiguração mais profunda das fronteiras entre ciência, religião e política — na qual diferentes regimes de verdade entram em confronto para definir os sentidos de gênero, educação e moralidade.

No caso do Brasil, a escola e as discussões sobre Educação Sexual foram em grande parte, propulsoras dos debates acerca da “ideologia de gênero” no espaço público, o que fomentou intensa articulação de movimentos sociais anti-gênero, anti-petista e movimentos alinhados à direita e extrema-direita política, que se empenharam em barrar o uso da categoria gênero no Plano Nacional de Educação (PNE) em 2015, bem como, na produção de projetos de leis que visam criminalizar a discussão sobre gênero nas escolas, fixando ainda mais a circulação da expressão “ideologia de gênero”, algo que se aliou a projetos de lei que pretendiam barrar a liberdade de expressão e de ensino nas salas de aula, como é o caso dos projetos de lei atrelados ao Movimento Escola sem Partido (LUNA, 2017). O Movimento Escola Sem Partido, criado em 2004, foi foco de ao menos 2 grandes projetos principais em âmbito federal que barravam as discussões sobre Educação Sexual em sala de aula, dentre outras coisas.

Como argumenta Luna (2017) há um caráter denunciativo no que se refere a pautas LGBTQIA+, que ajuda a fundamentar a “ideologia de gênero” enquanto um pânico moral, que por sua vez permite a constituição de uma rede de engajamento social anti-gênero. Esse engajamento, que reúne principalmente, pessoas ligadas à vertentes conservadoras cristãs, se retroalimenta na participação de figuras políticas que propõem no legislativo projetos de lei anti-gênero com a justificativa de “proteção das crianças” e “defesa das famílias”, “dos valores cristãos” e da “liberdade religiosa”.

Hamlin (2021) ao analisar o movimento anti-gênero, afirma que há uma disputa de significados, tanto em relação à “ideologia de gênero”, quanto outros termos políticos

e jurídicos, que vão sendo apropriado pelos movimentos conservadores e a um movimento transnacional de direita conservadora. A autora relembra que antes da apropriação pelos conservadores anti-gênero, ideologia de gênero era um termo sociológico, ligado às produções principalmente feministas. O termo originalmente designava o oposto daquilo que se é associado atualmente, ou seja, dizia respeito aos estereótipos de gênero que são esperados e que acabam por produzir uma lógica machista, patriarcal e misógina, em que mulher seriam mais passivas, submissas e delicadas, ao passo que homens seriam naturalmente mais agressivos e provedores da casa.

A disputa de significados trazidas por Hamlim (2020) sublinha aquilo que Kuhar e Patternote (2017) já haviam explicitado em suas análises sobre o movimento anti-gênero na Europa: os movimentos conservadores e de direita têm se apropriado de termos acadêmicos e produzidos novos saberes a partir de uma ótica conservadora. Sobre o processo de produção desses novos discursos que subvertem o sentido original Hamlim (2020) sublinha a necessidade de compreender que os movimentos vinculados à direita global têm se projetado nas arenas públicas e produzido sentidos através de uma subversão de conceitos analíticos acadêmicos. A autora utiliza o conceito “agnotologia”, para descrever o processo de produção de novos significados a partir de conceitos com forte tradição acadêmica, como é o caso do conceito de gênero. Assim, as discussões que antes estavam apenas no âmbito das ciências humanas, passam por um processo social de disputa pelos significados, algo que segundo a autora, promove o apagamento das discussões filosóficas e sócio-históricas. O termo “ideologia de gênero”, por exemplo, já foi utilizado como conceito sociológico para analisar relações de poder entre homens e mulheres, na formulação dos movimentos anti-gênero se torna um sintagma utilizado por para descrever de modo pejorativo as discussões referentes à gênero (JUNQUEIRA, 2018).

Desse modo, a partir da discussão sobre “agnotologia” proposta por Hamlim (2020), podemos compreender gênero como um conceito em disputa, que também pode ser compreendido como uma tecnologia (Foucault, 2021). Para Teresa De Lauretis o gênero não seria algo inerente aos corpos, ou seja, não existe gênero como algo pré-discursivo, mas, que a partir de uma ótica foucaultiana, gênero seria “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, por meio do desdobramento de “uma complexa tecnologia política”. (DE LAURETIS, 1987, P. 208).

É nesse ponto que a reflexão de Isabelle Stengers se torna produtiva para aprofundar o debate, ao deslocar a atenção para os próprios modos de produção do conhecimento científico. Ao enfatizar que a ciência, para ser responsável, precisa aprender a hesitar, Stengers propõe uma crítica ao ritmo acelerado e à autoridade automatizada da tecnociência contemporânea, marcada por lógicas de produtividade e competição. Desacelerar, nesse sentido, não implica rejeitar a ciência, mas desnaturalizar seus processos, abrindo espaço para a emergência de outros saberes e perspectivas. Tal deslocamento permite compreender que as disputas em torno do gênero não se dão apenas no plano dos conteúdos, mas também no plano das formas de validação do conhecimento.

A crítica de Stengers ao “gênero da ciência” aprofunda ainda mais essa problematização ao evidenciar como a própria figura do cientista foi historicamente construída a partir de um ideal masculino, racional e supostamente neutro. Essa imagem, longe de ser apenas descritiva, atua como um dispositivo normativo que define quem pode falar com autoridade e quais saberes são reconhecidos como legítimos. Assim, ao articular as contribuições de Foucault, De Lauretis e Stengers, torna-se possível compreender que tanto o gênero quanto a ciência são atravessados por relações de poder e processos de legitimação — aspecto fundamental para analisar como movimentos anti-gênero no Brasil não apenas contestam determinados conteúdos científicos, mas também performam formas específicas de autoridade epistêmica na disputa pela definição do que conta como verdade.

Seguindo nessa direção, a contribuição de Tim Ingold (2013) permite deslocar a análise dos conteúdos para os processos pelos quais determinados conhecimentos são produzidos, estabilizados e reconhecidos socialmente como legítimos. Ao criticar a separação entre ideias e materialidade, De Las Heras observa que, para Ingold (2015), o mundo não é composto por objetos acabados, mas por coisas em permanente formação, constituídas em fluxos de relações, práticas e materiais. O conhecimento, nessa perspectiva, não é simplesmente elaborado na mente e posteriormente aplicado ao mundo; ele emerge dos próprios processos de fazer, das interações entre sujeitos, artefatos, técnicas e ambientes.

Essa formulação é particularmente relevante para pensar os livros anti-gênero como artefatos sociais. Mais do que veículos que difundem ideias conservadoras previamente definidas, esses materiais podem ser compreendidos como produtos de múltiplas relações envolvendo intelectuais conservadores, lideranças religiosas, editoras,

instituições, plataformas digitais, referências científicas e estratégias de comunicação. Assim, interessa menos tomá-los como objetos acabados e mais acompanhá-los em seus processos de produção, circulação e legitimação.

Essa perspectiva também permite compreender de forma mais complexa a performatividade científica presente em muitos materiais anti-gênero. Em vez de analisar apenas a veracidade ou falsidade das informações mobilizadas, torna-se possível investigar como determinados artefatos constroem efeitos de cientificidade por meio da mobilização de estatísticas, gráficos, referências acadêmicas, especialistas e linguagens técnicas. Seguindo Ingold, tais elementos não devem ser vistos como recursos discursivos isolados, mas como parte de uma malha de relações que participa ativamente da produção de autoridade epistêmica. Desse modo, os livros anti-gênero podem ser analisados não apenas como instrumentos de difusão ideológica, mas como artefatos que intervêm na disputa contemporânea pelos critérios de validação do conhecimento, contribuindo para a construção e circulação de determinados regimes de verdade sobre gênero, ciência e educação.

As implicações metodológicas dessa abordagem aproximam-se dos debates da antropologia documental e digital. Livros, documentos, plataformas e demais materiais não são compreendidos como suportes passivos de informação, mas como mediadores ativos de relações sociais, memórias, afetos e processos de produção de conhecimento. Seguindo Silveira e Lima Filho, interessa menos tratar esses artefatos como objetos estáticos do que acompanhar suas trajetórias sociais, seus contextos de circulação e os sentidos que produzem em diferentes arenas. Do mesmo modo, autores como Hine e Miller demonstram que o digital não constitui um domínio separado da vida social, mas uma dimensão relacional e material da experiência contemporânea, exigindo que a investigação acompanhe fluxos, conexões e mediações que atravessam espaços online e offline.

Nessa direção, as contribuições de Ingold permitem compreender o próprio campo etnográfico não como um lugar delimitado, mas como uma malha (2020) de relações em constante formação. Conhecer etnograficamente implica seguir percursos, acompanhar circulações e observar como pessoas, documentos, discursos e tecnologias se articulam na produção de mundos sociais. Mais do que localizar um objeto fixo de análise, trata-se de acompanhar processos, conexões e deslocamentos que tornam possível a circulação e a legitimação de determinados saberes.

Essa compreensão também exige repensar o estatuto dos documentos e arquivos na pesquisa antropológica. Longe de constituírem registros inertes do passado, documentos, livros, relatórios, vídeos e rastros digitais podem ser entendidos como espaços de produção de memória, autoridade e ação política. Nesse sentido, o diálogo entre Ingold, Geertz, a antropologia digital e os estudos sobre o objeto documental permite sustentar que uma etnografia dos arquivos e das materialidades conservadoras não representa um afastamento do ideal etnográfico, mas uma forma de acompanhar os múltiplos modos pelos quais relações, conhecimentos e sensibilidades são produzidos no mundo contemporâneo.

Compreende-se, portanto, que a análise das produções anti-gênero exige deslocar o olhar tanto dos conteúdos em disputa quanto dos processos pelos quais determinados saberes são produzidos, materializados e legitimados socialmente. Se, conforme Teresa de Lauretis, o gênero opera como uma tecnologia que produz efeitos sobre corpos, comportamentos e relações sociais, também é possível compreender que os próprios significados atribuídos ao gênero são continuamente disputados em diferentes arenas públicas. Nessa perspectiva, o gênero não aparece como um conceito estável ou restrito ao campo acadêmico, mas como um objeto de controvérsia em torno do qual diferentes atores buscam estabelecer definições legítimas e produzir regimes de verdade concorrentes.

Ao mesmo tempo, seguindo as contribuições de Stengers e Ingold, torna-se necessário compreender que a autoridade científica mobilizada nessas disputas não constitui um atributo natural ou intrínseco aos discursos, mas um efeito produzido por práticas, materialidades e relações específicas. Os livros, cartilhas, relatórios, vídeos e demais materiais anti-gênero podem ser entendidos como artefatos sociais que participam ativamente da construção dessa autoridade, articulando credenciais acadêmicas, referências científicas, estatísticas, especialistas e dispositivos institucionais que conferem legitimidade às suas narrativas. Assim, mais do que contestar determinados conteúdos científicos, os movimentos anti-gênero atuam na própria disputa pelos critérios que definem o que pode ser reconhecido como conhecimento válido, tornando particularmente visíveis os processos sociais, políticos e materiais envolvidos na produção contemporânea da verdade.

Como afirmam Kuhar e Paternotte (2017), mapear as mobilizações anti-gênero permite compreender como a categoria “gênero” foi capaz de transformar discursos

moral-religiosos sobre sexualidade em um movimento político secular articulado transnacionalmente. A emergência dessas mobilizações evidencia que os conflitos em torno do gênero ultrapassam debates estritamente acadêmicos ou religiosos e se inserem em disputas mais amplas pela definição de valores, identidades e formas legítimas de conhecimento. Além disso, compreender esse fenômeno contribui para explicar como diferentes setores da extrema-direita contemporânea têm conseguido mobilizar amplos segmentos da sociedade civil em torno de pautas conservadoras.

É nesse contexto de disputa pela autoridade epistêmica que a literatura sobre teorias da conspiração se torna particularmente relevante. Conforme argumentam Popper (1963; 1992 [1950]) e Farinelli (2021), as teorias da conspiração podem ser compreendidas como formas específicas de produção discursiva que buscam conferir inteligibilidade a contextos marcados por incertezas, mudanças sociais aceleradas e crises de legitimidade institucional. Em vez de interpretar fenômenos complexos a partir de dinâmicas estruturais amplas, essas narrativas tendem a identificar agentes ocultos supostamente responsáveis por transformações sociais percebidas como ameaçadoras.

Embora frequentemente associadas à irracionalidade, as teorias da conspiração possuem uma lógica interna coerente. Sua especificidade não reside na ausência de racionalidade, mas nos modos pelos quais produzem e validam suas verdades. Diferentemente do conhecimento científico, que pressupõe a possibilidade permanente de crítica, revisão e refutação, as narrativas conspiratórias tendem a incorporar seletivamente evidências que reforçam hipóteses previamente estabelecidas. A premissa de que a verdade estaria sendo deliberadamente ocultada por grupos poderosos faz com que contestações e evidências contrárias sejam frequentemente reinterpretadas como confirmações adicionais da própria conspiração.

Nessa perspectiva, as teorias da conspiração não devem ser compreendidas apenas como informações falsas ou equivocadas, mas como discursos que produzem sentidos, organizam percepções e mobilizam afetos coletivos. Sua circulação está intimamente relacionada a contextos de desconfiança em instituições políticas, científicas e midiáticas, nos quais diferentes agentes — lideranças religiosas, políticos, especialistas, influenciadores digitais e meios de comunicação — atuam na disseminação e legitimação dessas narrativas. Tal leitura desloca a atenção da simples questão da veracidade para os processos sociais de produção da verdade, aproximando-se das reflexões de Stengers

sobre a autoridade científica e da perspectiva de Ingold acerca dos processos de fabricação do conhecimento.

Como observa Farinelli (2021), essas narrativas desempenham ainda um papel fundamental na mobilização política contemporânea, particularmente em setores da direita radical e do conservadorismo. Ao construírem inimigos responsáveis por ameaças percebidas à ordem social, contribuem para a produção de discursos autoritários, xenófobos e excludentes. Nesse contexto, a chamada “teoria da conspiração de gênero” constitui um exemplo particularmente relevante, ao interpretar os estudos de gênero, os movimentos feministas e as reivindicações por direitos LGBTQIA+ como parte de um suposto projeto coordenado de destruição da família, da religião ou da ordem social.

É precisamente a partir dessa dimensão transnacional, discursiva e politicamente articulada que a análise do caso brasileiro se torna particularmente elucidativa. Como apontam Gallas e Perez (2023), organizações como o Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB) mobilizam um cientificismo retórico para legitimar posições morais conservadoras. Trata-se de uma espécie de “purificação reversa”: ao mesmo tempo em que reafirmam a neutralidade da ciência, esses atores a instrumentalizam para sustentar agendas ideológicas previamente definidas. Essa estratégia se manifesta na estetização da autoridade científica, por meio do uso fragmentado de estudos, gráficos descontextualizados e linguagem biomédica, sem o respaldo dos procedimentos que caracterizam a validação científica.

Assim, o movimento anti-gênero não rejeita a ciência; ele disputa ativamente o que pode ser reconhecido como ciência. Trata-se de uma disputa simultaneamente epistemológica e política que busca deslegitimar pesquisadores vinculados aos estudos de gênero — frequentemente classificados como ideológicos ou militantes — enquanto confere autoridade a figuras religiosas e políticas que performam uma suposta objetividade. Nesse processo, como sugere Isabelle Stengers, a ideia de “fibra do pesquisador” opera como um marcador implícito de legitimidade: determinados sujeitos são mais facilmente reconhecidos como portadores de autoridade epistêmica, independentemente de sua formação acadêmica, enquanto outros precisam constantemente justificar sua competência e neutralidade.

Esse cenário evidencia que a disputa em torno da ciência não se dá apenas no nível dos conteúdos, mas sobretudo na definição de quem pode falar em nome da verdade e sob

quais condições essa autoridade é reconhecida. É a partir dessa chave analítica — que articula ciência, poder, materialidade e legitimidade — que a presente pesquisa se organiza, buscando compreender como produções conservadoras sobre a chamada “ideologia de gênero” constituem e legitimam saberes ao se articularem a projetos políticos, religiosos e morais.

Se os materiais anti-gênero podem ser compreendidos como artefatos que participam da produção de regimes de verdade e da disputa pela autoridade epistêmica, torna-se necessário acompanhá-los etnograficamente em seus processos de elaboração, circulação e legitimação. É a partir dessa perspectiva que se delineia a estratégia metodológica da presente pesquisa.

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite compreender que as produções anti-gênero não podem ser reduzidas a meros instrumentos de difusão ideológica ou a simples manifestações de desinformação. Ao contrário, constituem artefatos sociais que participam ativamente da produção, circulação e legitimação de saberes sobre gênero, sexualidade, ciência e educação. Sua relevância analítica reside precisamente na capacidade de articular referências científicas, argumentos religiosos, discursos jurídicos e estratégias comunicacionais em regimes de verdade que disputam a definição do que pode ser reconhecido como conhecimento legítimo.

Ao deslocar o foco dos conteúdos para os processos de produção da autoridade epistêmica, torna-se possível compreender como livros, cartilhas, cursos, relatórios e demais materiais conservadores operam como pedagogias de mobilização, produzindo formas específicas de engajamento político e moral. Mais do que veicular ideias, essas produções participam da constituição de sujeitos, da formação de redes de ativismo e da consolidação de comunidades interpretativas que reivindicam autoridade para intervir nos debates públicos sobre gênero e sexualidade.

Nesse sentido, a articulação entre as contribuições de De Lauretis, Stengers, Ingold, Hamlin, Kuhar e Paternotte permite analisar os movimentos anti-gênero não apenas como reações conservadoras a transformações sociais recentes, mas como atores engajados na disputa pelos próprios critérios de produção da verdade. Trata-se de uma disputa simultaneamente epistemológica, moral e política, na qual diferentes atores procuram definir quem pode falar em nome da ciência, quais saberes podem ser considerados legítimos e quais visões de mundo devem orientar a vida coletiva.

Por fim, compreender a circulação desses materiais em redes transnacionais de produção e difusão de ideias possibilita evidenciar como os debates contemporâneos sobre gênero se encontram imbricados em disputas mais amplas envolvendo ciência, religião, democracia e autoridade. Mais do que um conflito em torno de conteúdos específicos, o que está em jogo é a disputa pelos regimes de verdade que organizam a esfera pública contemporânea e pelos modos através dos quais determinados conhecimentos adquirem legitimidade social, mobilizam afetos e produzem efeitos políticos duradouros.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo. **cadernos pagu**, 2017.

BONNEWIJN, Olivier. **Gender, Quem és tu? Sobre a ideologia de Gênero**. Tradução de Teresa Dias Carneiro. Campinas: Ecclesiae, 2015. 102 p. **Brasiliensis**, v. 4, n. 7, p. 129-131, 2015. BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?**. Boitempo Editorial, 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.

CAMPAGNOLO, Ana. **Ela é ela**. Editora vida, 2025

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, v. 21, p. 323-345, 2015.

DE AZEVEDO, Leonardo Francisco. Desvendando relações: redes, atores e malhas. 2020.

DE LAS HERAS, Ion Fernandez. Making: Anthropology, Archaeology, Art and Architecture. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 24, n. 24, p. 598-602, 2015.

DE LAURETIS, Teresa. **Technologies of gender: Essays on theory, film, and fiction**. Indiana University Press, 1987.

FERREIRA, Nikolas. **Ele é ele**. Editora Vida, 2025.

FERREIRA, Nikolas. **O cristão e a política: descubra como vencer a guerra cultural**. Editora Vida, 2023.

FERREIRA, Nikolas; OLIVEIRA, Edésio de; FERREIRA, Ruth. **Criando filhos para o amanhã: um livro feito por pais e filhos para filhos e pais**. Editora Vida, 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Forense Universitária, 2012.

GIROUX, H. 2019. Authoritarianism and the challenge of higher education in the age of Trump. *Action, Criticism, and Theory for Music Education* 18 (1): 6–25

HAMLIN, Cynthia Lins. GENDER IDEOLOGY: AN ANALYSIS OF ITS DISPUTED MEANINGS¹. *Sociologia & Antropologia*, v. 10, p. 1001-1022, 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

INGOLD, Tim. **Making: Anthropology, archaeology, art and architecture**. Routledge, 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo ea elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (Ed.). **Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing against equality**. Rowman & Littlefield, 2017.

LATOUR, B.; IRINEU, C. **Jamais fomos modernos : ensaio de antropologia simetrica**. Sao Paulo: Editora 34 Ltda, 2019.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. **Cadernos Pagu**, 2017.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista usp**, n. 120, p. 61-76, 2019.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 621-648, 2017.

O'LEARY, Dale. **The Gender-Agenda: redefining equality**. Lafayette: Vital Issues, 1997

RINGROSE, J. 2018. Digital feminist pedagogy and post-truth misogyny. *Teaching in Higher Education* 23 (5): 647–656.

RONIGER, Luis; SENKMAN, Leonardo. The logic of conspiracy thought: A research agenda for an era of institutional distrust and fake news. **ProtoSociology: An International Journal of Interdisciplinary Research**, v. 36, p. 542-69, 2019.

SCHOOYANS, Michel. **O Evangelho perante a Desordem Mundial**. São Paulo, Grifo, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SOMMERS, Christina Hoff. **Who stole feminism?: How women have betrayed women**. Simon and Schuster, 1995.

STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências**. Bazar do tempo, 2023.

ZEMBYLAS, Michalinos. The Affective Modes of Right-Wing Populism: Trump Pedagogy and Lessons for Democratic Education. **Studies in Philosophy & Education**, v. 39, n. 2, p. 151, 2020.